



LEG/SGO/CSC/EZSHARE-456533210-59265

Excelentíssimo Senhor
Carlos Moisés da Silva
Governador
Estado de Santa Catarina

Senhor
Gustavo Salvador
Presidente
SC Participações e Parcerias S.A. - SCPar

Re: Cooperação Técnica Regional de Recuperação Contingente.
Programa de Mitigação da Desigualdade na Saúde Urbana por
meio de Soluções de Parcerias Público-Privadas (PPP)
No. ATC/ME-16085-RG. Projeto de Parceria Público-Privada
(PPP) do Complexo Hospitalar de Santa Catarina.

Prezados Senhores:

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”) entre o Estado de Santa Catarina (doravante denominado “Beneficiário”), e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), com a interveniência da SC Participações e Parcerias S.A.- SCPar (doravante denominada “Interveniente”), destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica de recuperação contingente ao Beneficiário (doravante denominada “Cooperação Técnica”), de acordo com o previsto nas disposições que se detalham a continuação:

1. A Cooperação Técnica tem como propósito apoiar ao Beneficiário na estruturação de projeto de parceria público-privada (PPP) de um Complexo Hospitalar (doravante denominado o “Projeto”).
2. O montante dos fundos outorgados pelo Banco para a realização desta Cooperação Técnica (doravante denominada “Contribuição”) será de até o montante de US\$800.000,00 (oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), e será utilizado pelo Banco para financiar a contratação de serviços de consultoria e pagar consultores individuais ou firmas consultoras (doravante denominados “Consultores”) para realizar atividades e cumprir com os objetivos da Cooperação Técnica, conforme descrito no Anexo I que forma parte integrante deste Convênio. Salvo que neste Convênio se expresse o contrário, o termo “dólares” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.
3. O prazo para execução e desembolso da Cooperação Técnica será de 30 (trinta) meses contados a partir da data de entrada em vigor deste Convênio. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro deste prazo será cancelada. Os prazos indicados anteriormente e outros estabelecidos neste Convênio somente poderão ser prorrogados por razões justificadas e com o consentimento expresso e por escrito do Banco.

ATC/ME-16085-RG

Two handwritten signatures in blue ink are located at the bottom of the page. The signature on the left is a stylized 'S' or 'C' shape, and the signature on the right is a more complex, cursive signature.

4. A Contribuição será realizada sob a modalidade de recuperação contingente. O reembolso da Contribuição ao Banco deverá ocorrer nos seguintes casos:
- (i) Se o Projeto alcançar seu fechamento financeiro¹, o Beneficiário reembolsará ao Banco 100% (cem por cento) dos recursos da Contribuição, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data do fechamento financeiro do Projeto. O Beneficiário, por meio da autoridade contratante, incluirá nos respectivos documentos de licitação do Projeto os dispositivos jurídicos ou contratuais que sejam necessários para assegurar que os montantes previstos na Cooperação Técnica para financiar a estruturação do Projeto sejam reembolsados pelo vencedor da licitação.
 - (ii) Se dentro de 6 (seis) meses contados do término do prazo de execução indicado no parágrafo 3 acima, o qual poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as Partes, o Projeto não alcançar o fechamento financeiro, o Beneficiário deverá reembolsar ao Banco 100% (cem por cento) dos recursos da Contribuição, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da notificação por escrito do Banco. O Beneficiário ficará dispensado de realizar o referido reembolso caso demonstre a ocorrência de uma das seguintes situações: (a) a inviabilidade do Projeto, de acordo com os estudos de pré-viabilidade, avaliação e trabalho de estruturação; (b) a finalização de um processo competitivo organizado de boa-fé sem a seleção de um investidor privado (vencedor da licitação); (c) a impossibilidade do vencedor da licitação de assegurar o financiamento para o Projeto; ou (d) na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeçam o fechamento financeiro do Projeto.
5. Na hipótese de reembolso dos recursos da Contribuição, conforme previsto no item (i) do parágrafo 4 acima, o valor da Contribuição deverá ser acrescido de comissão de sucesso (*success fee*) correspondente a porcentagem de, no máximo, 20% (vinte por cento), que será calculada conforme a metodologia apresentada no Anexo II deste Convênio. O Beneficiário, por meio da autoridade contratante, incluirá nos respectivos documentos de licitação do Projeto os dispositivos jurídicos ou contratuais que sejam necessários para assegurar que a comissão de sucesso também seja reembolsada pelo vencedor da licitação.
6. O Beneficiário deverá consignar no orçamento de cada exercício, conforme aplicável, os recursos necessários para reembolsar ao Banco o valor da Contribuição, acrescida da comissão de sucesso, caso se materializem as hipóteses do parágrafo 4 acima e não haja recursos do vencedor da licitação para reembolsar os valores devidos dentro do prazo estabelecido em dito parágrafo.
7. O reembolso ao Banco deverá ser efetuado em dólares.
8. Por meio deste Convênio, o Beneficiário está de acordo que o Banco utilize os recursos da Contribuição exclusivamente para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria necessários para o cumprimento dos objetivos desta Cooperação Técnica.
9. A identificação, seleção e contratação dos Consultores serão realizadas pelo Banco em conformidade com suas políticas, normas e procedimentos.

¹ Entende-se por fechamento financeiro o evento que torna exigíveis as obrigações financeiras do concessionário previstas no contrato de concessão ou PPP. Esse evento poderia ser a própria assinatura do contrato de concessão ou PPP ou a formalização do endividamento privado necessário ao cumprimento das obrigações financeiras, a depender dos termos do contrato de concessão ou PPP.



10. O Beneficiário e a Interveniente comprometem-se em colaborar com o Banco e os consultores na realização de suas tarefas, e a prover o apoio técnico, logístico e de secretaria necessário para o desenvolvimento da Cooperação Técnica.
11. A Interveniente acompanhará o trabalho dos Consultores e promoverá o diálogo entre a equipe do Banco e as entidades pertinentes do Governo do Estado.
12. O financiamento dos serviços de consultoria indicados neste Convênio não implica, de forma alguma, um compromisso por parte do Banco de financiar total ou parcialmente o programa, projeto ou qualquer serviço que direta ou indiretamente possa resultar da execução da Cooperação Técnica. As opiniões dos Consultores não comprometerão o Banco, o qual se reserva o direito de formular observações ou salvaguardas que considerar apropriadas.
13. Os direitos autorais, as patentes e qualquer outro direito de propriedade intelectual sobre os trabalhos e documentos produzidos pelos Consultores no âmbito dos contratos de consultoria financiados com os recursos do Projeto, nos casos em que procedam esses direitos, pertencerão ao Banco. Não obstante o anterior, para dar a divulgação oportuna aos resultados do Projeto, o Banco outorga ao Beneficiário o direito de uso e fruição dos produtos das consultorias financiadas com recursos do Projeto, sujeito ao entendimento de que o Beneficiário utilizará tais produtos de consultoria de acordo com o estabelecido neste parágrafo.
14. O Beneficiário compromete-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de (10) dez dias úteis contados da data de assinatura deste Convênio, se considera que este contém informação que possa ser qualificada como exceção ao princípio de divulgação de informação previsto na Política de Acesso à Informação do Banco², em cujo caso o Beneficiário deverá identificar tal informação dentre as disposições pertinentes do Convênio. De acordo com a referida política, o Banco colocará à disposição do público na sua página "Web" o texto do presente Convênio, uma vez que este tenha entrado em vigor e o prazo acima referido tenha expirado, excluindo somente as informações que o Beneficiário tenha qualificado como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto em tal política.
15. Todos os avisos, solicitações, comunicações ou notificações que as partes possam vir a ter em virtude deste Convênio, deverão ser efetuadas por escrito e serão consideradas realizadas a partir da entrega ao seu destinatário no endereço indicado abaixo, a menos que as partes acordem por escrito de maneira diversa:

Banco:

Endereço Postal:

Inter-American Development Bank
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577 - U.S.A.

Beneficiário:

² Disponível no sítio web: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35167427>



- 4 -

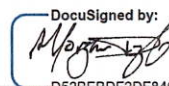
Endereço Postal:

Estado de Santa Catarina
Rod. SC 401 - km. 5, nº 4.600
CEP: 88032-000
Florianópolis – SC, Brasil

Nestes termos, solicito a V. Sa., como representante do Beneficiário, manifestar sua aceitação aos termos deste Convênio, mediante a assinatura.

Este Convênio, depois de assinado por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Beneficiário.

Atenciosamente,

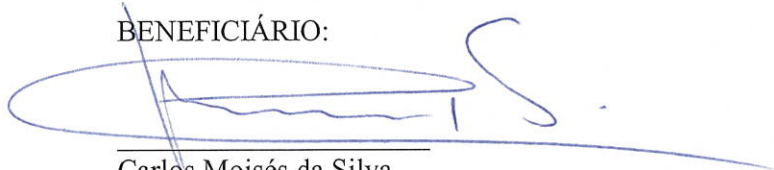
DocuSigned by:


D52BEBDF2DF8469...

Morgan Doyle
Representante do Banco no Brasil

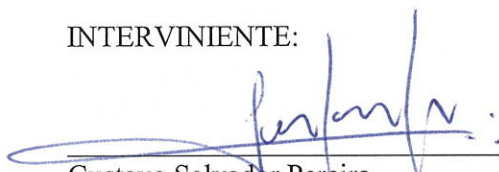
DE ACORDO:

BENEFICIÁRIO:



Carlos Moisés da Silva
Governador do Estado de Santa Catarina

INTERVINIENTE:



Gustavo Salvador Pereira
Presidente da SC Participações e Parcerias S/A. – SCPar

Data: 22 de maio de 2020

ATC/ME-16085-RG